

O REAL DA LÍNGUA NA PERSPECTIVA DISCURSIVA EM TEXTOS SOBRE A OCUPAÇÃO DA USP: UMA PROPOSTA DE LEITURA PARA O ENSINO MÉDIO

THE REALITY OF LANGUAGE UNDER THE DISCOUSIVE PERSPECTIVE IN TEXTS ABOUT THE OCCUPATION OF USP: A PROPOSITION FOR READING IN SECONDARY SCHOOL

Anderson Nalevaiko Marques¹

Resumo: *O presente artigo ocupa-se em problematizar as aulas de leitura em língua portuguesa no Ensino Médio com base na teoria discursiva de linguagem. Por meio da análise de textos selecionados que trataram da ocupação do prédio da reitoria da USP por estudantes da mesma instituição, no fim de 2011, discute-se o “real da língua”, noção teórica da Análise de Discurso (AD) de filiação pecheutiana como estratégia relevante de condução das aulas de leitura em língua materna. Para isso, são levantados alguns dos pressupostos teóricos defendidos pela AD para a atribuição de sentidos possíveis nos enunciados analisados. Além disso, aplicam-se conceitos analíticos próprios da AD na busca por momentos de percepção da língua enquanto passível de aceitação do deslize e da contradição, como defende Michel de Pêcheux. Como conclusão, defende-se que o ponto de vista discursivo mostra-se pertinente na formação de sujeitos que se posicionem reflexivamente frente aos textos.*

Palavras-chave: *Leitura no ensino médio; Língua; Discurso.*

Abstract: *The present article is focused on reflecting upon reading lessons in Portuguese classes at secondary school based on the discursive theory of language. Through the analysis of selected texts that dealt with the occupation of the building of the University of São Paulo by its students in the end of 2011, one discusses the reality of language, theoretical notion of the Discourse Analysis (DA) based on Michel Pêcheux as a relevant strategy in the conducting of reading lessons in Portuguese. For that matter, some theoretical concepts defended by DA for the attribution of meaning are raised. Moreover, some analytical procedures are applied in the search for moments of contradiction and slip in meaning by language, as defended by Pêcheux. As a conclusion, it is stated that the discursive point of view shows to be pertinent in the formation of readers who stand up reflectively towards texts.*

Keywords: *Reading at secondary school; Language; Discourse.*

1 Introdução

O trabalho com leitura nas salas de aula do Ensino Médio brasileiro já passou, ao longo da história da pedagogia nacional, por diferentes pontos de vista em relação ao conhecimento e às diferentes formas de ensino que deveriam ser adotadas por professores de Língua Portuguesa. Desde os métodos tradicionais de ensino de gramática até o ponto de vista da negociação de sentidos com foco em abordagens de multiletramentos, teóricos da

¹ Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Mestrando em Letras pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Brasil, e-mail: anderson.marques@ifpr.edu.br

linguagem vêm trilhando o caminho do estudo escolar de língua, articulando aspectos estruturais e discursivos no trato com os textos na escola.

Em âmbito nacional, mais recentemente, o Estado tem priorizado uma concepção que abarca a noção de que “... é pela linguagem que o homem se constitui sujeito” (BRASIL, 2006). Além disso, toma-se como ponto crucial na concepção do trabalho com a linguagem na escola que,

como somos sujeitos cujas experiências se constroem num espaço social e num tempo histórico, as nossas atividades de uso da língua e da linguagem, que assumem propósitos distintos e, conseqüentemente, diferentes configurações, são sempre marcadas pelo contexto social e histórico (BRASIL, 2006, p.24).

Além disso, no que toca a condução das atividades de leitura em sala de aula, temos um posicionamento oficial que se embasa numa visão questionadora e participativa na relação leitor(es), texto(s) e sentido(s). Isso seria importante, pois,

Trata-se, noutros termos, de possibilitar que os alunos possam, efetivamente, assumir uma postura reflexiva que lhes permita tomar consciência de sua condição e da condição de sua comunidade em relação ao universo das práticas letradas de nossa sociedade para poder atuar nelas de forma ativa, como protagonistas na ação coletiva (BRASIL, 2006, p.29).

Como alternativa para o trabalho com a leitura, propõe-se, portanto, exemplo de análise discursiva de enunciados veiculados na mídia brasileira sobre evento de repercussão nacional e espera-se que esse posicionamento frente à construção de sentidos possa refletir resultados positivos no trabalho com leitura em salas de aula de ensino médio brasileiras.

Em meio às diversas notícias, críticas e análises veiculadas na mídia (impressa, televisiva, digital, entre outras), aquelas relacionadas sobre o evento de ocupação do prédio da reitoria Universidade de São Paulo por estudantes, no fim de 2011, mostram-se como de grande valia. Isso se justifica tanto do ponto de vista do reconhecimento da relevância dos eventos de grande repercussão nacional, como do ponto de vista do estudo da língua pautado em textos produzidos em diferentes esferas discursivas, já que a linguagem “permite a relação entre sujeitos de diferentes esferas sociais” (BRASIL, 2000, p. 10). No bojo das discussões, busca-se mapear o imaginário coletivo atual sobre estudantes universitários. Descrevem-se, também, as razões que impulsionam movimentos estudantis e mobilizações, além das reações favoráveis ou contrárias ao movimento ocorrido que constituem os diferentes enunciados

produzidos à época do evento. Mais além, coloca-se a questão sobre o(s) sentido(s) atribuído(s) a esses enunciados.

Pretende-se, teoricamente embasado na Análise do Discurso (AD) com filiação em Michel Pêcheux, discutir o “real da língua” presente em enunciados selecionados que foram amplamente no que concerne à temática dos acontecimentos na Universidade de São Paulo. Como *corpus* de análise, textos veiculados em dois periódicos de grande circulação – revista *ISTOÉ* e jornal *O Estado de São Paulo* foram selecionados. A seleção foi feita com base, especialmente, em sua popularidade, tiragem de exemplares, impacto na mídia e grande circulação nas diversas esferas sociais brasileiras. A partir dessa discussão, defende-se que aulas de leitura no Ensino Médio possam ser pautadas na perspectiva discursiva, dada a relação direta entre suas categorias de análise e o processo de formação de leitores.

2 Sobre a análise de discurso (AD) e sua noção de língua

A AD se constitui como investigadora dos processos de significação por meio do estudo do discurso que é, segundo Orlandi (2006, p. 14), “efeito de sentidos entre locutores”. Pode-se entender, então, que o sentido passa a ser concebido em relação direta com as diferentes possibilidades interpretativas de uma comunidade discursiva. Isso acontece, pois a linguagem passa a ser percebida como fruto das interações sociais e relações de poder que regem as possibilidades interpretativas dos enunciados.

Baseando-se na concepção de que é na linguagem que se materializa o social e o inconsciente, a Análise do Discurso ocupa um lugar teórico e metodológico que toca categorias pertencentes a três campos de saber: a linguística, o marxismo e a psicanálise, e teoriza sobre os efeitos de sentido a partir da relação entre três áreas científicas, sendo “(...) a da teoria da ideologia, a da teoria da sintaxe e da enunciação, e a teoria do discurso como processo de significação. Tudo isso atravessado por uma teoria psicanalítica do sujeito” (ORLANDI, 2006, p.13).

Para a AD, há uma indissociabilidade entre o funcionamento linguístico e as condições extralinguísticas de produção, ficando os efeitos de sentido direta e necessariamente ligados à historicidade e ideologia que os constituem.

Tendo o texto como unidade de análise, a AD volta seu olhar não para a busca do sentido contido no texto, mas para os mecanismos de atribuição de sentidos que se constroem em função das formações discursivas constituídas em relação direta com a formação ideológica que as demarcam.

Por isso, torna-se imperativo para a AD considerar que não existe literalidade neutra, pois o sentido atribuído a um enunciado ou conjunto de enunciados (compostos por palavras e expressões histórico e discursivamente marcados) é sempre delimitado pelas posições ideológicas sustentadas pelos locutores que os empregam.

A AD revela, portanto, que todo o dizer depende de relações que derivam de contextos sócio-históricos, o que dá aos processos de significação um caráter hierárquico (baseado na ideia de classes), o qual exerce força sobre *o que/como/quando* dizer e/ou entender dependem necessariamente das filiações ideológicas dos locutores e seguem as regras discursivas constituídas pelas formações ideológicas e os lugares sociais de onde se enuncia.

Em consonância com as ideias de Pêcheux (1975), a AD versa sobre seu objeto de estudo tendo a língua como sendo de natureza instável e não transparente, não apenas e tão somente sob o ponto de vista da estrutura, mas também na perspectiva da contradição inerente ao espaço de deslocamento de sentido, ou seja, na possibilidade de produzir o equívoco. Em outras palavras, a AD percebe a língua não mais apenas como um sistema autônomo organizado que busca a comunicação como defendia Jakobson (2008), mas como um sistema que abarca deslizos e contradições. Segundo o próprio Pêcheux *apud* Ferreira (2003, p. 196), “... todo enunciado é suscetível de tornar-se outro”.

Tal afirmação é possível, pois, segundo a AD, discursivamente, não há um sujeito origem de seu dizer, autossuficiente ou inteiramente determinado. O que há é um espaço da subjetividade no qual jogam os mecanismos discursivos da relação com o outro. Segundo Morales (2003), “é o espaço do real, ali no limite em que a linguagem tropeça, se equivoca”.

Considerando o sujeito como dividido e o discurso como algo que significa por meio da história, são imprescindíveis para a AD as marcas que apontam para uma desestruturação do discurso, para a perda de controle do sentido pelo locutor. Essa perda de controle do sentido ocorre, especialmente, pela ação dos esquecimentos.

Esquecendo-se do conjunto de possibilidades de sentido (Formação Discursiva) que o determina na relação linguagem-ideologia, o locutor tem, segundo Orlandi, (2006, p. 21) “a ilusão de ser a origem do que diz”. Além disso, ocorre outro esquecimento, da ordem da formulação de seu dizer. O falante esquece-se de que sentidos diferentes são possíveis (tanto em relação ao que disse, quanto ao que não disse), o que leva o falante a crer que o sentido é transparente, direto e inequívoco.

É a partir da ação dos esquecimentos que se “produz a impressão da realidade do pensamento, como se houvesse uma relação termo a termo entre o que digo, o que penso e a realidade a que me refiro” (ORLANDI, 2006, p. 21). É nesse momento que encontramos o

ponto de desestabilização da noção de linearidade e transparência da língua, do ponto de vista discursivo: digo X, mas possibilito/abarco Y, mesmo refutando-o.

A partir dessa noção de língua trazida pela AD, proponho a análise de enunciados veiculados na mídia brasileira que tratam negativamente do movimento de ocupação liderado por estudantes da Universidade de São Paulo, no final de 2011. Como foco de análise, buscarei perceber o “real da língua” ou sua característica inerente de aceitação da contradição no processo de significação, por meio da busca de pontos de cruzamento entre diferentes possibilidades de efeito de sentido presentes nos enunciados analisados. Para fins de análise, selecionei textos que defendem posições que avalio contrárias ao movimento na USP, já que foram maioria à época de sua veiculação.

Os textos unanimemente tratam de um domínio discursivo político, pois versam sobre a ocupação da Reitoria da USP, encabeçada por estudantes da mesma instituição, que se disseram mobilizados, além de outras razões, pela posição contrária à presença da Polícia Militar dentro da área da universidade.

Do lado oposto ao do movimento, inúmeros enunciados foram produzidos refutando a mobilização, alegando que o real motivo das manifestações seria, dentre outros, o de garantir aos estudantes o consumo de maconha no *campus* sem serem perturbados pela polícia.

Segundo grande parte dos textos veiculados, a parcela de estudantes envolvidos no evento refletiu a minoria da categoria universitária, pois teriam sido derrotados por maioria em assembleia, a qual tratava da mobilização.

Foram selecionados dois artigos publicados em meios de comunicação impressa e digital de alcance nacional. Trechos específicos de cada artigo - aos quais neste trabalho refiro-me como **enunciados 01 e 02** - foram utilizados como recorte para a análise.

3 Análises dos Enunciados

3.1 Enunciado 01

“Eles nasceram na elite, estudam numa das melhores universidades do Brasil, usam roupas e tênis de marca, se dizem anarquistas e afirmam que defendem a causa operária.” - Radicais Sem Rosto – Revista ISTOÉ - N° Edição: 2191 | 04. Nov. 11

O artigo, também publicado na versão *online* da revista, versa sobre os acontecimentos relacionados com a ocupação da reitoria da USP por estudantes e cita informações que supostamente esclareceriam as razões pelas quais a confusão aconteceu. Além do texto

escrito, há duas fotografias que mostram, respectivamente, um grupo de pessoas com os rostos cobertos, com mochilas nas costas, antes do início do corpo textual, representando a parcela dos estudantes engajados com o movimento de ocupação. A segunda foto, posicionada no centro do texto, mostra um grupo de pessoas que, de acordo com a legenda, seriam contra o movimento de ocupação. Nessa última foto, um rapaz trajando terno e gravata segura uma faixa que diz “Eu **estudo** (grifo na foto) na USP e sou a favor da PM!”.

Na perspectiva dos efeitos de sentido, atrevo-me a comentar algumas das possibilidades de atribuição de significação ao trecho selecionado. Em primeiro lugar, o termo elite é utilizado para designar os alunos que fizeram parte do movimento de ocupação da USP (eles). Em seguida, há uma caracterização dos envolvidos como sendo pertencentes a uma instituição de grande prestígio no país. Além disso, a imagem de que ocupam *status* privilegiado fica ainda mais marcada, quando da citação dos trajes que vestiam. Por fim, temos uma classificação (supostamente escolhida pelos estudantes que aderiram à ocupação) sobre seus ideais políticos e as causas que defenderiam.

Do lugar do enunciador, é possível perceber a desaprovação pelo movimento dos estudantes, dada a seleção dos termos utilizados para a descrição do grupo em questão. O sentido parece claro a quem diz, pois, filiado e assujeitado por sua formação discursiva (imbuída de ideologia e memória discursiva), não há outra opção de sentido senão o de que todos os estudantes da USP (quase) obrigatoriamente advêm de classes sociais mais abastadas, dada a dificuldade de acesso pelo vestibular muito disputado, passível de aprovação apenas para aqueles que tiveram educação de qualidade e que, conseqüentemente, puderam pagar para tal. Além disso, a ideia de que esses alunos estão em um grupo bastante seleto de pessoas, as quais teriam pela frente um futuro promissor, especialmente em termos profissionais, parece criar o efeito da impossibilidade em pensá-los anarquistas. Incoerente parece ser, também, para eles, admitir a defesa da causa dos trabalhadores, os quais possivelmente fariam de tudo para estarem no lugar dos estudantes. Porém, nesse ponto, é que a língua se mostra como abarcadora de outros sentidos e revela o que é próprio de sua materialidade, ou seja, sua equivocidade.

O argumento de que o sentido desliza por meio da oportunização dada pela língua se concretiza quando buscamos outros sentidos, baseando-nos em formações discursivas ligadas a correntes ideológicas distintas ou antagônicas às do enunciador. Ao analisarmos o que é material da língua no caso do enunciado transcrito, percebemos como o jogo de sentidos se abre à subversão, já que “confirma-se a questão teórica do caráter oscilante e paradoxal da

fronteira entre o espaço dos universos logicamente estabilizados e o universo das transformações de sentido” (FERREIRA, 2003, p.199).

Ao classificar os estudantes participantes do movimento, o enunciador acaba por classificar todos os estudantes da USP como sendo “de elite”. Sabe-se que a Universidade de São Paulo é uma instituição pública e, portanto, não recebe apenas alunos de classes sociais favorecidas, apesar de serem maioria. Nesse caso, cria-se um efeito de sentido no qual alunos da USP envolvidos no evento da invasão que sejam de classes sociais menos favorecidas teriam sua conduta considerada coerente e justificável pelo enunciador, diferentemente de seus companheiros ricos. A língua acaba por trair o sentido, abarcando, de maneira infiel, a possibilidade do sentido outro dentro do sentido primeiro.

3.2 Enunciado 02

“Para qualquer pessoa de boa fé, não é difícil ver quem tem razão nesse embate. Quando o convênio entre o Comitê Gestor da USP e a PM foi firmado, a Cidade Universitária vinha batendo recordes em número de furtos de automóveis, assaltos à mão armada, sequestros relâmpagos e estupros. Quatro meses depois de policiamento efetivo, os furtos de veículos caíram 92,3%. Os sequestros relâmpagos diminuíram 87,5%. Os roubos diminuíram em 66,7% e os crimes de lesão corporal em 77,8%. Os números falam por si. O resto é demonstração de irresponsabilidade e alienação ideológica.” - Nova invasão da USP – O Estado de S. Paulo – 03. Nov. 2011

O texto publicado no sítio eletrônico do jornal O Estado de S. Paulo trata, em termos gerais, da tentativa de elucidação dos motivos e consequências do movimento de ocupação liderado por estudantes na USP. Os fatos trazidos como explicações do caso - reuniões realizadas e decisões tomadas pela assembleia dos estudantes antes dos incidentes de ocupação, flagrante de alunos fazendo uso de maconha no *campus* e a diminuição dos níveis de criminalidade após a entrada da PM nas dependências da universidade - dão indícios de que o enunciador coloca-se contrário ao movimento de ocupação.

Em relação ao enunciado selecionado tem-se, ainda, a ênfase dada pelo sujeito discursivo sobre várias outras modalidades de crimes que ocorriam/ocorrem nas dependências da USP, o que mostra que a Universidade de São Paulo não estaria imune à ação de criminosos dos mais diversos tipos. A argumentação reforça, portanto que, do ponto de vista do enunciador, a presença da Polícia Militar na universidade seria algo louvável e

reconhecível como positivo, dada a resposta numérica de incidência dos crimes ter sido reduzida, a partir da presença da polícia no *campus*, especialmente em um momento no qual tal incidência viria sendo a maior já registrada.

O efeito de sentido exposto acima dá sinais de que não seria possível outro, ou seja, do lugar discursivo ocupado pelo enunciador, não haveria outra possibilidade de sentido para os fatos, e o que se diz, da maneira como se diz, transparece o sentido das palavras, tornando o texto objetivo e claro para qualquer leitor.

Chamo a atenção, porém, para um trecho do enunciado – **“Para qualquer pessoa de boa fé, não é difícil ver quem tem razão nesse embate”** (grifo meu) – no qual o enunciador chama para o jogo de atribuição de sentidos as pessoas de “boa fé” e, ao mesmo tempo, dá à língua a possibilidade de efeito de sentido que abarca as pessoas não portadoras desse atributo – os de “má fé” – especialmente pela ausência do dizer, a qual também produz sentido. Segundo Ferreira (2005),

(...) se não houvesse a falta, se o sujeito fosse pleno, se a língua fosse estável e fechada, se o discurso fosse homogêneo e completo, não haveria espaço por onde o sentido transbordar, deslizar, desviar, ficar à deriva. A falta é, então, tanto para o sujeito quanto para a língua, o lugar do possível e do impossível (real da língua), impossível de dizer, impossível de não dizer de uma certa maneira – o não-todo no todo, o não-representável no representado (FERREIRA, 2005, p.70).

Partindo-se da noção jurídica, pessoas de boa fé seriam aquelas que agem com lealdade, honestidade, considerando os interesses do outro e que, portanto, ocupariam uma posição ideológica aparentemente semelhante à do enunciador – tal afirmação parece possível dado o posicionamento frente aos resultados positivos da presença da polícia na USP. Em contrapartida, teríamos os indivíduos que supostamente não possuiriam tais características e que estariam, portanto, à margem da possibilidade de compreensão do exposto até o momento no texto, e isso os mostraria interpelados por ideologia diversa à do enunciador e de seus “companheiros” leitores, inscritos em formações discursivas nas quais o sentido de seu dizer é equivalente, identificável como objetivo.

A partir do trecho analisado, pode-se argumentar que o entendimento sobre a importância e a relevância dos fatos levantados como justificativos da presença da polícia na USP seriam de simples compreensão para as pessoas com os atributos de honestidade. Além disso, o enunciador dá ao grupo inscrito como de “boa fé” a oportunidade legítima de julgar qual lado da disputa teria razões genuínas para triunfar, o que mostra que “a interpelação do

indivíduo em sujeito pela ideologia traz necessariamente alguns apagamentos, produzindo evidências que, no fundo, vão trazer à tona a ilusão de transparência da linguagem” (FERREIRA, 2003, p. 192).

Porém, mais uma vez, a língua se apresenta como local para a disseminação do equívoco, invocando o que é real de si, o deslize.

Ao designar a faculdade de entendimento de razões explicativas aos indivíduos de “boa fé”, o enunciador, interpelado pela ideologia, e impulsionado pelos esquecimentos, constrói sua ilusão de sentido inequívoco. Tomado por sua impressão de coerência ideológica, relaciona diretamente honestidade e capacidade de compreensão.

Porém, com a possibilidade criada pela língua, em sua real materialização, de se perceber os de “má fé” não ditos pelo enunciador, tem-se o efeito de sentido no qual pessoas às quais não se atribuem características de honestidade não são capazes de compreender as explicações levantadas. Ao dizer que pessoas honestas entenderiam, disse, também, que os desonestos não seriam capazes de entender ou, pelo menos, teriam mais dificuldades em fazê-lo.

Em sua tentativa de significar de maneira direta e clara, buscando a identificação dos locutores com sua posição ideologicamente marcada, o sujeito (assujeitado), do ponto de vista discursivo, é pego de surpresa enunciando a “falta de sentido” àqueles que ocupam posições-sujeito diferentes, inconscientemente inscrevendo-se no deslize, que é inerente à língua.

4 Considerações Finais

A reflexão sobre a formação de leitores implica no reconhecimento da importância do processo de escolarização que pode potencializar uma postura questionadora e problematizadora dos alunos frente a diferentes textos, provenientes das mais variadas esferas discursivas. Desse modo, como a escola se apresenta como espaço privilegiado para a exploração sistematizada e intencional de estratégias mediadas pela linguagem, parece coerente e produtivo defender as aulas de leitura no Ensino Médio pautadas no reconhecimento das filiações ideológicas e no caráter de deslize atribuído à língua como pano de fundo para a atribuição de diferentes efeitos de sentido textuais, como defende a Análise do Discurso.

Assim, podemos traduzir as aulas de leitura em espaços de construção de mecanismos de reconhecimento e questionamento das relações de poder que perpassam a atribuição de sentido, especialmente com base na ideia de que as palavras “são tecidas a partir de uma

multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 1999, p. 41).

O episódio ocorrido dentro da Universidade de São Paulo, envolvendo estudantes na invasão do prédio da reitoria, mostrou-se como um evento de muita relevância na sociedade brasileira, dada à repercussão que causou nas diferentes esferas sociais, especialmente nos meios de comunicação. Repercussão essa que perpassou desde a análise das razões que supostamente motivariam os estudantes, atravessando a reação de universitários contrários e favoráveis ao movimento, até a opinião dada por diversos analistas sobre a relevância, legitimidade e desfecho dos acontecimentos relacionados ao evento no final de 2011.

A partir da análise de textos veiculados na imprensa brasileira, é possível argumentar que, em vários deles, a língua, na ótica discursiva pecheutiana, não é transparente e direta, lugar no qual tudo se mantém organizado. Numa perspectiva discursiva, encontramos, sim, o que é real da língua, por meio de sua relação com os efeitos de sentido: a possibilidade de subversão/deslize. Tendo-se o sentido atribuído por meio da indissociabilidade entre o linguístico, o social/ideológico e o histórico, é possível perceber a língua em seu jogo permanente com a contradição e a falha, que traduzem o que é real de si.

Temos, a partir de uma análise como a descrita acima, um posicionamento consideravelmente coerente para o trato com a leitura em sala de aula. Ao encararmos a construção de sentidos do ponto de vista discursivo, trazemos para as aulas de leitura o jogo de efeitos de sentido possíveis nas esferas discursivas diversas. O real da língua considerado pela AD aparece, portanto, como ponto concretamente relevante na formação de leitores/atores que se posicionem como protagonistas na construção da forma como leem e interpretam os textos, os discursos e as representações de realidade que os cercam, e que, ao mesmo tempo, são formadas por eles.

Referências

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio**. Brasília, DF, 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14_24.pdf. Acesso em: 03 ago. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias – Conhecimentos de Línguas Estrangeiras**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 01 ago.

2012.

FERREIRA, M. C. L. O caráter singular da língua no discurso. **Organon**, Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 189-200, 2003.

_____. Linguagem, Ideologia e Psicanálise. **Estudos da Língua(gem). Michel Pêcheux e a Análise de Discurso**. Vitória da Conquista, n.1, p. 69-75, 2005.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, 2008.

MORALES, B. S. V. **O real da língua e o real da história: considerações a partir do texto La lengua de nunca acabar**. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, I, 2003, Porto Alegre. Anais do I SEAD, Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. Disponível em: http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/sead1_paineis.html. Acesso em: 20 jul. 2012. ISSN: 2237-8146

Nova invasão da USP. Editorial. O Estado de S. Paulo, p. 03. São Paulo, 03 nov. 2011.

ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (Org.) ; RODRIGUES, Suzy Maria Lagazzi (Org.) . **Introdução às Ciências da Linguagem: Discurso e textualidade**. 1. ed. Campinas-SP: Pontes, 2006.

PÊCHEUX, M. (1975) *Lês vérités de la palice*. Paris: Maspero. Trad. Bras. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

ROCHA, P. Radicais Sem Rosto. **Revista ISTOÉ**. São Paulo, Três, ed. 2191, 2011.

Data de recebimento: 05 de setembro de 2012.

Data de aceite: 11 de novembro de 2012.